

O JAPÃO E OS FATOS

HEDBERG, Hakan. *O Desafio Japonês*. Rio, Leia Ed., 1970.

O Japão está na ordem do dia. Sobre o único país que, nesse pós-guerra, conseguiu passar da condição de subdesenvolvimento para a de grande potência, numerosas publicações têm surgido em tôdas as partes do mundo. Aparece agora, no Brasil, traduzido diretamente do sueco para o português, *O Desafio Japonês*, de Hakan Hedberg.

Trata-se de um livro fascinante que informa e esclarece. Chegamos ao seu final realmente abalados pelo fato de têmos tomado consciência de algo nôvo que, se por um lado pode chegar a nos entusiasmar, por outro nos transmite, em doses maciças, uma certa apreensão.

É que estamos ante uma situação de fato, fartamente comprovada pelas estatísticas — o Japão, dentro de um prazo de seis anos, ou seja, já em 1975, ocupará, ao lado dos Estados Unidos e da União Soviética o papel de terceira superpotência mundial; e até 1984, ultrapassará a própria União Soviética, para passar a disputar a supremacia do mundo com os Estados Unidos.

O raciocínio do autor, com 11 anos de permanência no Japão, se baseia no conhecimento que possui do "Plano de 20 Anos" (1965-1985) adotado pelo Governo Japonês e ainda pouco divulgado no Ocidente. E ao demonstrar como vem tal plano sendo fielmente cumprido, dá-nos informações preciosas, tais como a de a renda nacional *per capita* japonesa haver sido triplicada entre 1960 e 1968, ultrapas-

sando já o nível dos 1.000 dólares, a de o consumo particular haver passado, em igual período, de 24 para 70 bilhões de dólares por ano e a de a poupança privada haver também triplicado.

Explica o autor que tal milagre se deve à combinação de numerosos fatores, entre os quais realça a colaboração íntima do Estado com as classes produtoras, a existência de uma burocracia realmente competente, a política pacifista do Japão, o protecionismo adotado como regra pelo Estado, a preocupação da substituição rápida dos equipamentos antes que se tornem obsoletos, o alto índice da poupança privada, um forte sentimento nacionalista e uma inabalável confiança no futuro.

Mas acrescenta ainda como fatores importantes o estímulo do Governo às exportações, a adoção de um planejamento estatal dotado de uma certa flexibilidade, a existência de um excepcional *staff* de economistas especializados em desenvolvimento e a ocorrência circunstancial de um mercado mundial em expansão.

O fato é que o Japão, derrotado em 1945, mas poupado, ao máximo, na sua estrutura econômica pelos Estados Unidos durante a ocupação, que visavam transformá-lo em um aliado potencial na área do Pacífico, teve a oportunidade de, a partir de então, poder mobilizar os seus melhores cérebros para a montagem do que o autor designa como "a melhor indústria de paz no mundo inteiro". Sem preocupações armamentistas ou com programas espaciais, o Japão teve o tempo necessário para estruturar-se, visando a competição econômica na qual hoje se empenha com as me-

lhores perspectivas de vitória.

Dêsse modo não será justo falar-se de um "milagre" japonês, desde que, em realidade, o que se deu foi um cuidadoso planejamento de ação, no qual decisões sábias e uma hábil execução produziram como resultado um espetacular avanço na produção de aço, de energia, na construção civil, na indústria automobilística, enfim, em todos os setores industriais de importância, de modo a colocar o Japão na posição privilegiada que hoje ocupa.

O autor admite que a própria URSS tenha já se dado conta do que acontecerá ao Japão, antes do fim do século e acredita que tal tomada de consciência por parte dos soviéticos tenha sido o fator determinante da mudança de orientação da política da URSS em relação ao Japão. E a cooperação atualmente prestada pela URSS aos japoneses seria, então, a aplicação de um plano estratégico que lhe garantiria evitar a formação de um Eixo Tóquio-Pequim e a segurança de não ter de lidar com dois grandes inimigos na área asiática.

A advertência que faz, contudo, acerca das consequências deste avanço rápido da economia japonesa sobre a população do país é, sem dúvida, digna de destaque. Fala da poluição crescente do meio ambiente, fornecendo dados realmente assustadores sobre tal processo, mas muito mais importante é a constatação da existência de um alto grau de frustração no homem comum japonês, que mesmo podendo adquirir mais e mais produtos industrializados, vê o seu poder aquisitivo reduzir-se, ano após ano, quando se trata da qualidade existencial das condições de vida. E isto se faz sentir principalmente nos preços dos terrenos e nos alugueres excepcionalmente elevados.

Denuncia, a seguir, a existência no Japão, de um imenso proletariado inculdo, constituído por trabalhadores diaristas, calculado em mais de meio milhão de homens,

que se vêem obrigados a aceitar salários irrisórios, bem como a falta de um eficiente serviço de previdência social num país onde a juventude está desaparecendo e onde os empregados são aposentados aos 55 anos de idade para ceder seus lugares aos mais novos que chegam. Donde, segundo o autor, os altos índices da poupança individual, pela preocupação constante de cada um com o que lhe acontecerá após a idade fatídica dos 55.

Diante de tais fatos é justo que se pergunte até onde o desenvolvimento japonês conduzirá o Japão. Hakan Hedberg afirma constituir tal evolução uma ameaça não só para os próprios habitantes do país como para toda a humanidade. É que o protecionismo exagerado dos japoneses, sumamente preocupados em reduzir cada vez mais as importações e por outro lado, ampliar as suas exportações, poderá transformar o Japão numa segunda América, bem mais perigosa que ela, por dispor de uma estrutura melhor planejada. E a partir daí, nada mais fácil que a canalização do forte sentimento nacionalista dos japoneses para novas aventuras imperialistas, para tentativas de domínio efetivo do Continente asiático, e por fim do mundo inteiro.

O Japão abandonou, sem dúvida, as hostes dos países subdesenvolvidos e passou a tratar com seus antigos companheiros da mesma maneira com que os tratam as grandes potências. Os planos de assistência aos povos subdesenvolvidos patrocinados pelo Japão se limitam, segundo o autor, à exportação de capitais para a implantação de indústrias japonesas e ao fornecimento de técnicos que se encarregam de ensinar como se trabalha com equipamentos japoneses. E prevê o momento em que o Japão será obrigado a deixar de produzir no país produtos de baixo índice de beneficiamento e passará a importá-los de empresas japonê-

sas estabelecidas nos países subdesenvolvidos.

Suas conclusões são carregadas de um tom trágico. Afirma êle que o Japão "está subjugado pela loucura dos novos-ricos: — quer ser cada vez mais rico, e depressa, à custa de outros países, até dos países da Ásia"; classificada a sociedade japonesa como uma comunidade que descarrilou", transformando-se numa sociedade impiedosa na qual os consumidores reclamam sem qualquer resultado, onde o bem-estar individual é considerado como algo secundário e naturalmente deverá ser sacrificado à idéia de transformar o país numa superpotência antes de findar-se o século atual.

E, neste ponto, ante tais perspectivas, nada melhor que citar um curto trecho do autor através do qual poderemos nos aproximar do futuro para avaliar, então, até que ponto seremos atingidos se as suas previsões se confirmarem e os objetivos do Governo Japonês forem realmente alcançados: "Quando uma empresa do Japão se apresenta na arena mundial aparece nominalmente, uma fachada, um só símbolo, mas, no fundo, ela está agindo no interesse nacional e com o apoio total da pátria, o que significa, por um lado, que dispõe de enormes recursos e por outro, que não lhe será permitida uma atuação irracional a ponto de ferir o prestígio do Japão. A história do Japão, toda ela, é uma luta constante para criar respeito para com o Japão. Muitas vezes, foram usados métodos impróprios como, por exemplo, na época em que os japoneses acharam-se no direito de copiar, sem condenação, a partilha da China, feita pelas potências coloniais do Ocidente. Ao mesmo tempo, os próprios japoneses têm grande respeito pelos países em que o PNB *per capita* é elevado. Estou convencido, por isso, de que os japoneses irão se portar bem mal nos países subdesenvolvidos, irão extorqui-los tanto quanto pos-

sível, mas vão atuar como autênticos cavalheiros quando principiarem a comprar e a dirigir as empresas européias. O japonês tem grande respeito por ruínas e tradição". E mais o período com que conclui seu livro: "Não existe nem uma razão sequer para acreditar que o japonês pensará como um tradicionalista, ao se lançar na guerra do capital. Nunca contou com qualquer tipo de misericórdia por parte dos grandes capitais internacionais. Por que razão iria agora o capitalista japonês mostrar-se misericordioso? Subiu o pano para mais uma fase da história da economia mundial. A superpotência Japão faz a sua entrada. O novo estado industrial, total, começa a sua peregrinação, estabelecendo-se no mundo inteiro".

W. F. O.

DIVINDADES AFRICANAS

SPARTA, Francisco. *A dança dos Orixás; as relíquias brasileiras da Afro-Ásia pré-bíblica*. São Paulo, Ed. Herder, 1970. 289 p. illus.

Francisco Sparta, atualmente no Brasil, após haver vivido durante dez anos na África Negra, decidiu publicar um livro no qual procura interpretar os cultos afro-brasileiros, particularmente os de Salvador e Recife.

Não é sem motivo que dá ao seu trabalho o subtítulo de "As relíquias brasileiras da Afro-Ásia pré-bíblica". É que os hábitos de exegese dos textos bíblicos o levam a recorrer aos mesmos, sempre que encontra dificuldades na explicação dos fatos observados.

Seu trabalho, contudo, merece um destaque especial pela posição que assume, rara num autor profissional, pois se trata de um pa-

dre católico, reconhecendo o culto dos orixás, para o qual sugere a denominação de *orixismo*, como possuidor de uma expressão genuinamente religiosa e ao ir contra aqueles que nêle enxergam apenas "um mundo de bárbaros" ou "de marginais simpáticos".

Se ousa defender o culto dos orixás, chega por vêzes a exaltá-lo, quando afirma por exemplo ser através do mesmo que se alcança a solidariedade das raças no Brasil, onde, segundo êle, nunca chegarão a existir conflitos raciais, pelo menos "enquanto houver brancos que beijam a mão e pedem a bênção de mães-de-santo pretas".

Seu grande problema é, porém, o de elucidar se o culto dos orixás coexiste com o Catolicismo ou *no* Catolicismo. E sôbre tal questão, discorre na parte mais polêmica do seu livro, o Cap. VII, intitulado "Duas religiões ou uma?", sem chegar contudo a uma conclusão aceitável.

Com bastante propriedade, o autor soube perceber, na sociedade brasileira, fatos que por vêzes escapam a muitos dos nossos estudiosos, como a crescente propagação da cultura negra e o "altivo isolacionismo negro". Fatos que se não forem levados, com urgência, na devida consideração, poderão nos trazer, em futuro próximo, problemas sociais dos mais graves.

Reconhece também o autor, seguindo a mesma linha, algo que, apesar de notório, inexplicavelmente ainda é negado por muitos, ou seja o fato de não poder falar-se de Bahia ou de Brasil sem referências essenciais ao "sangue negro".

Talvez se deixe o autor impressionar demasiadamente pelos historiadores que procuram encontrar na civilização do antigo Egito tôdas as soluções para os problemas que vão encontrando sôbre terras africanas; e por isso são freqüentes as ligações sugeridas entre certos

aspectos do culto dos orixás e fatos da "Afro-Ásia pré-bíblica", mas tal atitude, se merece críticas, é aceitável se considerarmos que é tomada por alguém que não se jacta de ser um especialista em assuntos africanos. E assim, ao tratar dos orixás, não hesita em citar, como apoio, quanto às suas características, textos do Livro de Habacuc e dos Salmos, e ainda mais, em admitir, quanto ao assunto, que "os índices bíblicos estimulam confrontos numerosos".

O trabalho é valorizado pela freqüente transcrição de trechos de entrevistas efetuadas pelo autor com "pessoas-de-santo", o que evidencia o esforço para que suas opiniões sejam sustentadas por fatos concretos.

Na bibliografia citada também evidencia-se a preocupação no sentido de realizar um trabalho digno de respeito e, assim, as citações são feitas sempre de modo apropriado e conseqüente. Talvez no entanto recorra em demasia, e de um modo forçado, a certas fontes do conhecimento grego, a Sócrates, Platão, Aristóteles, Xenofonte...

Ao tratar da possessão, explica-a como "um reflexo condicionado, uma resposta a um sinal condicionado de pessoas normais que, geralmente, desde a infância, foram educados num acultura", "num ambiente onde havia crença nos orixás, e onde lhes foi ensinado que um orixá poderia descer neles em certas circunstâncias e após determinada preparação", demonstrando possuir uma compreensão justa do fenômeno.

Ao referir-se a Nina Rodrigues faz, com grande ênfase, justiça ao pioneiro, compreendendo-o inserido no seu tempo e no seu ambiente, e conclui ser difícil criticá-lo, "na seriedade científica, na sua clareza, no seu "pathos" humano, embora disorde, com justa razão, do seu pessimismo quanto à fusão das raças no Brasil, e afirme que "tal

fusão, se não é perfeita, é a mais avançada que hoje em dia existe em todo o planeta”.

Mais adiante, após equiparar uma possível campanha contra o culto dos orixás no Brasil à luta inglória empreendida contra Canudos, nos começos do século atual, considera ridícula uma tal perseguição e, muito ao contrário, defende a idéia de uma revitalização de alguns aspectos do culto dos orixás, sem deixar de acentuar aqueles por êle considerados negativos e prejudiciais.

E é assim que após afirmar que três séculos de escravidão produziram como efeito maléfico para os negros brasileiros “um enfraquecimento da faculdade crítica, da percepção da contradição, da capacidade de revoltar-se contra o que é contraditório, do instinto de olhar para a frente”, considera que êsses negros, “voltados para trás e fossilizados, somente cuidando de seus antepassados, ficam fechados ao que nós costumamos chamar de exigências da lógica e à plena aculturação com os grupos mais desenvolvidos”.

E chega a afirmar que “nada poderiam fazer de melhor, do que estimular a difusão do culto afro-brasileiro, os que querem conservar o povo adormecido e com os caracteres geralmente atribuídos aos negros”. Concluindo, então, que o culto dos orixás é responsável por “uma religião católica de segunda ordem e de população de segunda categoria”.

Reconhece, porém, que “talvez nem a atual forma dos cultos dos afro-brasileiros seja proporcionada à fé católica que professam, nem a atual forma de liturgia católica, geralmente com ausência ou pobreza de cantos, proporcionada à alma dos afro-brasileiros”, para defender a fusão entre os dois cultos, o dos orixás e o culto católico, no que se refere à liturgia. E nesse ponto não hesita em reconhecer na liturgia afro-brasileira um valor excepcional, quando afirma que “a

nênia, especialmente a africana, dá a sensação da irredutibilidade do homem à matéria, e faz as múltiplas dimensões de seu espírito”, ou então quando escreve — “cremos que haveria extravagâncias nas expressões religiosas do mundo se os cantos da Igreja fôsem continuamente ensaiados e entusiasticamente executados, se se usassem menos hinos leves dos euro-americanos industrializados, e mais tons profundos e milenários dos agricultores e pastores e das nênias afro-asiáticas”.

Concluindo, podemos dizer do trabalho de Francisco Sparta possuir o valor da inovação, pela atitude tomada pelo autor em relação ao culto dos orixás e por abrir caminhos para que novos livros como o seu, de análise imparcial e seriedade na execução, venham ainda a ser escritos. Representa, pois, *A Dança dos Orixás*, uma contribuição valiosa para o acervo dos estudos sobre as influências culturais africanas na sociedade brasileira, merecendo ser lido por todos aqueles interessados em tais assuntos.

W. F. O.

A REBELIÃO MALÉ / DE 1835

Devassa do Levante dos Escravos ocorrido em Salvador em 1835. *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*. Salvador, (38): 1-42, Jan./Dez., 1968.

Louvável iniciativa a do Arquivo do Estado da Bahia, iniciando a publicação dos documentos relativos à “Revolução dos Malês”.

Soma-se esta publicação aos artigos de autoria do Prof. Rolf Reichert, publicados nos nºs 2/3, 4/5, e 6/7 de *Afro-Asia*, onde, pela primeira vez surgem devidamente traduzidos os documentos em língua

árabe apreendidos em mãos dos escravos envolvidos na rebelião, para constituírem um acervo inicial de alta categoria para todos aquêles que desejam estudar, em profundidade, a referida revolta.

Lamenta-se que não haja ainda sido publicada tôda a farta documentação referente ao assunto, existente no Arquivo Público, e a publicação presente se limita aos autos sumariados no Juízo de Paz do Distrito de Curato da Sé. Apesar disto, ela oferece aos pesquisadores atentos uma razoável perspectiva sôbre os acontecimentos então ocorridos.

Quando publicados os autos relativos ao 2º Distrito da Sé e aos Distritos da Vitória, São Pedro, Santo Antônio, Penha, Sant'Ana, Conceição da Praia e da Rua do Paço, certamente tal perspectiva se ampliará consideravelmente.

O material ora oferecido aos historiadores brasileiros já fornece uma boa quantidade de informações acêrca dos hábitos dos escravos da época, facilmente extraíveis dos depoimentos dos interrogados. Igualmente sôbre as atividades que exerciam os denominados "negros de ganho", ativos participantes do movimento. Bem como sôbre as suas "nações", sempre referidas nos documentos. E ainda nos fornece uma rápida visão da personalidade do advogado Felipe Carlos Bahiense, defensor de um dos principais acusados, o escravo Luis Sanim, condenado à morte. Que afirma, a um dado momento, recorrendo da referida sentença, achar-se horrorizado diante da "deshumanidade com que procederão aos juizes, vendo condenados ao último suplicio sem prova alguma contra"; e mais — "vejo estes Juizes com a natureza dos Povos sômente entregues a ferocidade, que se julgão arbitros para negar e conceder a vida a outrem cuja condição não he a sua".

Em nota introdutória ao trabalho, não assinada, existe uma descrição sumária dos documentos

ainda a publicar. A dar-se crédito às informações ali contidas, só há a lamentar-se a perda ou o extravio de peças importantes relativas ao levante. Pois não há ali qualquer referência às sentenças de morte declaradas contra os libertos Jorge da Cunha Barbosa e José Francisco Gonçalves, bem como contra os escravos Gonçalo, Joaquim e Pedro, todos executados a 14 de maio de 1835; nem se relacionam os autos do processo contra o "alufá" Licutan, batizado de Pacifico e, segundo Nina Rodrigues, o mais prestigioso dos chefes da insurreição. A tal ponto que, informa êste autor, "por duas vezes o troço revolucionário foi ter a Ajuda e tentou tomar de assalto a cadeia em que Pacifico estava recolhido".

A despeito da importância dos documentos publicados, sua apresentação editorial muito deixa a desejar. Sente-se a ausência de um responsável direto pela edição que houvesse procurado ordená-la, providenciando-lhe um índice onomástico para os leitores. Como também sente-se a falta de uma nota introdutória à altura da importância histórica dos documentos. Este procedimento reflete uma posição infelizmente ainda generalizada em todo o Brasil, onde instituições da mais alta responsabilidade continuam desconhecendo a necessidade de um tratamento metódico do seu material publicado, nisto pecando em grande extensão, desde o descuido nas bibliografias até a incorreta imposição da matéria sob o ponto-de-vista gráfico. De tal deficiência não escapa sequer o Arquivo Nacional.

Todavia, em conclusão, a publicação, ainda que parcial, dos autos da revolução dos "malês" possui um aspecto positivo que suplanta os pontos negativos aqui apontados. Esperemos a continuação da publicação dos mesmos e que tais deficiências sejam então sanadas.

W. F. O.